

O Conselheiro de Presidência, um dos expoentes do 'vazquismo' na Galiza, vem de anunciar que a sua conselheira trabalha já num projecto para a criação da Polícia Autonómica, formalmente dependente da Junta da CAG. O novo corpo constituiria uma nova pata do aparelho repressivo espanhol no nosso País, somando-se ao labor desenvolvido pela Polícia espanhola e a Guardia Civil. Também as Polícias locais jogam, nas principais áreas urbanas da Galiza, um importante papel repressivo significado pela perseguição da liberdade de expressão. Até o de agora vinha funcionando uma unidade adscrita à Polícia espanhola organicamente dependente do Ministério de Interior e formada por 350 agentes. Entre as suas funções contava-se a vigilância de prédios públicos, escolta de pessoas e contra-vigilância, além do controlo dos labores de exploração de recursos marisqueiros e pesqueiros na costa. Baptizada com o nome de Polícia Autonómica, tratava-se na prática de mais uma unidade da polícia espanhola em versão "regionalista", o que se explicitava nos uniformes dos seus membros: idênticos ao das sinistras unidades de intervenção, e adereçados com o escudo da Junta. Na retina de todos e todas ficam ainda as agressões a manifestantes em plena crise do Prestige às portas do parlamentinho. Os agentes participantes foram julgados recentemente por estes factos e condenados pelo seu comportamento criminoso. O novo projecto pretende, agora si, dar mais um passo na configuração de um corpo repressivo dependente da Junta da CAG, contemplando a ampliação do seu número a 2000 agentes com funções em trânsito, incêndios e delitos contra o património. Como é usual nos Estados ocidentais, nada diz o rascunho de quais serão as funções do corpo no controlo e perseguição da dissidência política, mas antecipam-se poucas novidades: em primeiro lugar, porque os corpos repressivos do Estado são verdadeiros mestres em desenvolver labores à margem da legalidade, como são as torturas, as agressões a manifestantes, a utilização de infiltrados e provocadores e a intervenção de comunicações sem permissão judicial. Além disso, e pelo que conhecemos das experiências basca e catalã, pode-se supor que o novo corpo trabalhará cotovelo com cotovelo com a Polícia espanhola e a Guardia Civil. Pelo que sabemos, os membros destes corpos repressivos e das polícias locais poderão incorporar-se à nova polícia. O projecto, que terá um custo anual de 80 milhões de euros, tampouco diz nada de se o desdobramento da Polícia Autonómica implicará uma retirada e/ou aquartelamento progressivo das forças de ocupação na Galiza. A intenção do bipartido é desenvolver uma política integral de segurança que implicará a aprovação de uma lei de polícia e a posta em andamento da Academia Galega de Segurança na Estrada como centro de formação dos membros do novo corpo. O projecto inspira-se na experiência da Ertzaina e dos Mossos d'Esquadra. Dos primeiros pouco há que dizer que não se conheça já: agressões indiscriminadas em manifestações da esquerda independentista -incluindo a utilização de fogo real-, tortura contra militantes detidas e detidos e mesmo mortes de activistas de ETA. O progressivo desdobramento dos Mossos como polícia integral veio acompanhado de denúncias por atitudes e comportamentos dos seus membros; alguns foram condenados por torturas e detenção ilegal de imigrantes. Os tristes precedentes de outras latitudes, o entusiasmo com que o PSOE se tem entregado à repressão da dissidência política independentista e o apoio explícito do nacionalismo autonomista às leis de excepção e ao recorte da liberdade de expressão no âmbito municipal, obriga a não aguardar de braços cruzados, iniciando uma denúncia temperada. O autonomismo e a 'Espanha plural' também chegam ao âmbito repressivo.